

História Intelectual: variações de gênero e convivência de paradigmas

Intellectual History: variations of gender and tolerance of paradigms

Marcos Antônio Lopes¹

malopes@uel.br

Resumo: O artigo tem como objetivo central a apresentação de duas das correntes hoje dominantes no gênero que há muito se convencionou conceituar como História Intelectual. Nesse sentido, são avaliadas as perspectivas dos historiadores que investem sobre a análise do texto pelo texto, mas também as orientações daqueles que preferem se ocupar das expressões extratextuais presentes nos discursos. Procura-se demonstrar os elementos que melhor caracterizam os distintos modos de atuação da arte interpretativa dos textos históricos. O artigo admite e defende o valor relativo das diferentes concepções históricas de interpretação de textos. No entanto, reconhece que o livre emprego de teorias e métodos de análise de textos nem sempre é apropriado, especialmente quando se procede sem uma análise cuidadosa acerca da propriedade de unir os seus elementos em um mesmo “coquetel teórico”.

Palavras-chave: texto e contexto, teorias da interpretação, História Intelectual.

Abstract: This article presents the two main forms in the genre that has been known as Intellectual History. This study takes into account not only the views of historians who analyze the text as its own reference, but also those perspectives of scholars who prefer to deal with the extratextual expression present in the text discourse. This study also intends to demonstrate the elements that best describe the different modes of operation of interpretative art of historical texts. The article accepts and defends the relative value of different historical conceptions of text interpretation. However, we recognize that the free use of theories and text analysis methods is not always appropriate, especially when it comes without careful consideration about the possibility of unifying its elements in just one “theoretical cocktail”.

Keywords: text and context, theories of interpretation, Intellectual History.

A história intelectual não é mais apenas uma história das ideias, hoje está atenta ao que está em jogo no plano institucional dos debates, à sociologia dos meios profissionais e às condições sociais das produções intelectuais (Delacroix et al., 2012, p. 12).

¹ Professor na Universidade Estadual de Londrina. Pesquisador do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq (Bolsista Produtividade em Pesquisa).

Após um lento processo de escrita, e de sucessivas reescritas, o humanista lombardo Baldassare Castiglione finalmente decidiu-se pela publicação de

Il Cortegiano, obra que ele acalentara por mais de vinte anos. O processo de composição do livro que se tornaria famoso iniciara-se na corte de Urbino, sede da linhagem dos Montefeltro, local onde Castiglione se instalara por volta de 1503. Aparentemente concluída, pela altura de 1508, a obra permaneceu inédita por mais duas décadas. Entre 1508 e 1528, o tratado circulou em partes ou no todo, sempre entre pessoas próximas ao autor. Castiglione decidiu-se pela publicação de seu livro apenas quando versões não autorizadas dele passaram a circular de maneira mais ampla. Alguns anos antes, uma de suas amigas deixara uma cópia incompleta cair nas mãos de terceiros, e logo recebeu transcrições. A primeira edição oficial de 1528 foi supervisionada pelo próprio autor e por amigos próximos, sendo publicada em Veneza pela prestigiosa casa editorial de Aldo Manuzio. Mas os trabalhos editoriais subsequentes varreram irremediavelmente a figura do autor, em um “[...] processo inevitável de desligamento ou distanciamento de um texto impresso em relação a seu contexto ou meio original” (Burke, 1997, p. 57). A partir daí, conta Peter Burke, os editores venezianos, concorrentes entre si, fizeram uma farra com o livro, editando-o a seus caprichos, incluindo as revisões livres e as interpolações a uma das obras mais bem-sucedidas em seu século. Ao circular fora da Itália ao longo da segunda metade do século XVI, o livro passou por outras deformações, agora impressas no texto pelos humores da Contrarreforma, de modo que passagens inteiras foram reescritas, ao sabor de ditames circunstanciais. Assim sendo, interesses comerciais, alterações individuais e pressões confessionais introduziram passagens e seções desconhecidas pelo próprio Castiglione, acentua Burke. A título de exemplificação de tais “perdas de controle” autoral, algo semelhante ocorreu com o *Tratado da vida sóbria*, do humanista veneziano Luigi Alvisi Cornaro. Escrúpulos de moral cristã e receios de perseguição religiosa levaram os editores à supressão de algumas passagens do texto original. Desse modo, o livro de Cornaro, que obteve considerável fortuna crítica ao longo da Época Moderna, ganhou o público por meio de uma edição póstuma, a do ano de 1591, com a qual provavelmente o próprio autor não estaria de pleno acordo. Novamente, o espírito da Contrarreforma impunha sua mordada à dicção natural dos escritores, o que demonstra as interferências conjunturais na modificação dos sentidos originais de um texto (cf. Cornaro, 1999).

Processos de tal natureza nos fazem ver que alterações podem fundar sentidos diversos, sentidos por vezes muito diferentes daqueles que o próprio autor tencionou atribuir na origem de suas reflexões. Com efeito, o problema da intencionalidade autoral tem sido dissolvido, e perdido relevância para a pesquisa das ideias. Se não há mais propriamente autor na cena de processos de criação

intelectual, desaparecem com ele as questões relativas ao contexto da produção de textos, as referências ao lugar específico de elaboração de uma obra, este ao menos em tese o trabalho de criação de figuras reais e datadas que, em circunstâncias normais de vida, teriam concebido discursos objetivando o pleno êxito de interesses circunstanciais. No caso de Castiglione, formar o modelo ideal de cortesia; no caso de Cornaro, instituir novas formas de civilidade nas práticas alimentares com vistas à conquista da saúde.

Diante de ocorrências como as anteriormente descritas, alguns intérpretes de textos argumentam que uma obra de pensamento deixa de pertencer ao contexto que lhe deu forma logo após ter sido fixada no papel por seu autor. Portanto, não haveria significativa relevância na operação intelectual voltada à descoberta de uma dimensão intentada de sentidos presente em um dado texto histórico. Ao circular entre leitores, o texto destina-se a extrapolar o seu momento de produção e o seu lugar de elaboração, ou seja, desvincula-se de seu tempo e espaço originais. Ao situar-se diante de diferentes comunidades de leitores ao longo de sucessivas posteridades, um texto será fatalmente dissociado das intenções autorais, perdendo o conteúdo mais significativo de seu sentido original, conforme moldado pelo espírito de seu autor. Assim é que a interpretação dos textos do passado não se configuraria na obra solitariamente original de um intérprete vigorosamente atado às injunções de seu momento fugaz, o tempo de sua vida intelectual. Para Gadamer, alcançar a tão sonhada intencionalidade autoral afigura-se como um devaneio do que se denomina por “hermenêutica romântica”, pautada na pretensão de compreender o texto de um autor tão bem, e até melhor do que ele mesmo o compreendeu, porque o leitor terá à sua disposição não apenas o apoio da visão retrospectiva, mas, ainda, a possibilidade de distinguir o conjunto da obra e, assim, visualizar aspectos que estiveram fora do alcance do próprio autor (cf. Gadamer, 2003, p. 177s.). De todo modo, as limitações da referida hermenêutica romântica impõe tantos limites à compreensão, observa Gadamer, que o intérprete deverá abandonar a pretensão de atingir em cheio os valores que originariamente deram forma às obras de pensamento. Opostamente ao teórico Gadamer, o historiador Skinner aposta em uma operação analítica que consiste na possibilidade de garimpar os sedimentos deixados pela autoria no momento da elaboração de uma obra de pensamento político. Quentin Skinner chega a comparar o seu trabalho interpretativo ao dos arqueólogos. Como um de seus móveis é atingir a intencionalidade autoral em meio à procura do sentido de um texto, por intermédio da reconstituição do contexto original da obra, o historiador inglês investe na compreensão do vocabulário normativo dos textos do passado. Agindo dessa

maneira, concebe ser possível alcançar os autores naquilo que estavam fazendo quando compunham textos, ou seja, descobrir os princípios que lhes eram específicos em dada realidade, pois o discurso político é sempre referente a uma prática social de intervenção (cf. Skinner, 1988a, 1988b).

A figura do autor e os sentidos intentados de uma obra de pensamento

Evidentemente, há muitas outras orientações para o estudo da História das Ideias, algumas delas até muito críticas ou radicalmente contrárias às perspectivas apresentadas acima, naquilo que se refira à determinação do sentido histórico de textos. Há, por exemplo, os que creem que o texto é uma categoria autônoma e não há que procurar sentido além daquele que fica evidenciado na simples leitura de um intérprete situado em contexto diverso ao da elaboração da obra em foco, porque o que está em questão é apenas a mensagem e não o mensageiro. Por ser impossível devassar a mente de um autor e descobrir o que ele estava pensando com base no que supostamente estava fazendo — em termos de intervenção consciente em debates de seu tempo —, o texto é seu único legado, tornando-se irredutível a quaisquer outras pretensões do leitor. Esse é o que se tem denominado de olhar dos “internalistas”, que concebem “[...] o texto e/ou o discurso como uma realidade própria e autônoma em relação às suas condições não textuais de produção” (Falcon, 1997, p. 117s.). E Roger Chartier acrescenta algo acerca de tais distanciamentos da realidade efetiva ao lembrar que, para estes intérpretes,

[...] todo o texto é o produto de uma leitura, uma construção do seu leitor: “este não toma nem o lugar do autor nem um lugar de autor. Inventa nos textos uma coisa diferente daquilo que era a ‘intenção’ deles. Separa-os da sua origem (perdida ou acessória). Combina os seus fragmentos e cria o desconhecido no espaço organizado pela capacidade que eles possuem de permitir uma pluralidade indefinida de significações” (Chartier, 1989, p. 60).

Contudo, a diluição do antigo paradigma científico da História não deve levar a crer que a interpretação seja uma questão de gosto. Como afirmou Michel Foucault em *As palavras e as coisas*, numa pesquisa histórica de textos há campo para diferentes interpretações, o que não deve encorajar a crença que haverá terreno para qualquer interpretação (cf. Foucault, 2007).

Por esse ângulo, o texto é mais obra do leitor do que do autor, uma cidadela aberta ao assalto de intér-

pretes, que poderão fazer dele o seu domínio particular. Dito de outra forma, o leitor é um construtor de sentidos, um inventor de significados, atuando com larga margem de liberdade em suas tarefas. Nas palavras de John Tosh, “A abordagem criativa na interpretação de textos — alternativamente brincalhona, irônica e subversiva — é uma marca da erudição pós-moderna” (Tosh, 2011, p. 196). Assim sendo, as ditas formas de “consumo” de um texto são outra maneira de “produzir” incessantemente o mesmo texto, por vezes pela descoberta de ângulos jamais imaginados por leitores desprovidos de uma excepcional capacidade imaginativa. Ora, novos contextos de leitura devem sempre criar condições favoráveis para extrair efeitos inéditos de sentidos dos textos, gerando assim significações novas e/ou inovadoras, significações que podem ser, inclusive, variações de variações do texto original, o que permite afirmar que os sentidos podem, e que até devem ser plurais, tudo dependendo da maior ou da menor capacidade criadora dos “consumidores” de textos que, no presente caso, são as diferentes gerações de intérpretes (Chartier, 2002, p. 450). Para os adeptos das perspectivas de Roland Barthes, Michel Foucault, Jacques Derrida e outros influentes teóricos pós-estruturalistas, parece que o texto se torna uma trincheira a ser devassada por toda espécie de artilharia, porque dotado de fraca capacidade de resistência, especialmente quando contrastado por muitas e diferentes grelhas (cf. Rorty, s.d.). Ao que parece ser uma especificidade evidente face ao visível desinteresse pelas práticas sociais por trás de um texto, as técnicas de análise pós-estruturalistas desumanizam a História das Ideias, a ponto de extrair-lhe aquilo que, para os historiadores contextualistas, caracteriza a sua natureza mais profunda: a ação humana implícita nos atos discursivos dos autores, ou seja, aquela tendência de sempre tentar interferir na realidade, por meio do discurso expresso em um texto datado e circunscrito a uma realidade. O leitor que trafega na dimensão textualista da interpretação pouco ou nada tenciona saber das preocupações circunstanciais de um autor, daquelas expectativas difíceis de discernir, mas que efetivamente estão presentes em um discurso do passado. Para os chamados “internalistas”, um sujeito histórico concreto de alguma forma colado ao texto que está no foco da análise não pode ir muito além da condição de uma hipótese improvável. Sob a lupa do intérprete textualista, o autor deixou de existir como elemento constitutivo de, por exemplo, um discurso político, discurso este talvez carregado de “promessas” de ações ou de “apostas” de intervenções numa conjuntura qualquer do passado.

Em suas embaixadas exegéticas, o intérprete textualista esfolia o texto para extrair dele aquilo que lhe diga respeito no tempo presente da leitura, ou até em outros tempos distintos quase nunca coincidentes com

a época da própria elaboração. Agindo assim, assume finalidades essencialmente pragmáticas que, no limite, imporão ao texto analisado elementos que lhe são inteiramente estranhos (Rorty, s.d., p. 220ss.). Se há uma clara recusa por intenções autorais ou a algo que diga respeito a experiências humanas passadas e circunscritas a um momento dado da história, o tema (ou temas) do texto em questão passou a ser outra coisa: de preferência, algo com enraizamento no universo do leitor que, neste ponto, jacta-se de possuir a perícia de arrancar de um texto muito mais até do que seu hipotético autor pretendeu oferecer a seus interlocutores em tempos mais remotos. Quanto a isso, alguns brados derridaístas foram entoados por David Harlan, em uma entusiástica profissão de fé nas novas virtudes tonificadoras de uma História Intelectual sem atores originais, formada apenas por replicantes de suas ideias. Nos já distantes anos 1930, Collingwood havia alertado para os riscos de uma história que, assim concebida, seria como “ossos sem carne e sem sangue”. “Se a importância histórica de um acontecimento se define como sendo a sua eficácia na produção de acontecimentos ulteriores”, diz o autor, “o que é que constitui a importância histórica desses outros?” (Collingwood, 1981, p. 226). A discussão empreendida por Collingwood provavelmente tomava como objeto de crítica o pensamento histórico de um pós-estruturalista *avant la lettre*, o historiador oitocentista alemão Eduard Meyer. A importância da filosofia de Spinoza, segundo Meyer, vinculava-se ao fato de figuras posteriores terem lido os seus textos. As implicações mais diretas disso estão na evidência de que, no processo de leitura, uma experiência real foi trocada por uma concepção abstrata (ou várias) que é forjada para atender a interesses circunstanciais do leitor. Com efeito, o discurso é uma matéria opaca que apenas se tornará legível pelo esforço da operação interpretativa. De todo modo, a leitura pós-estruturalista é responsável pela operação desintegradora de sujeitos históricos conscientes, fazendo das experiências humanas não mais a atividade “[...] de homens e mulheres que pensam”, no dizer do historiador Pocock (2003, p. 24).

Ainda que se considerem as identidades imanentes à condição humana em diferentes tempos históricos, nossa consciência histórica não é mesmo um valor transepocal ou mesmo universal. É por isso que autor e intérprete se situam em contextos determinadores de diferenças, que devem ser percebidas como condições amplificadoras da determinação de sentido nas obras de pensamento. Então, será necessário aproximar-se das tradições intelectuais tentando perceber as suas formas próprias de racionalidade. Se o historiador das ideias puder dominar instrumentais de análise capazes de orientá-lo a propor temas de pesquisa, bem como ser capaz de formular problemas

historiográficos pertinentes ao gênero de História que ele pretende realizar, tanto melhor na difícil tarefa de lidar com as intenções autorais a serem identificadas nos textos e em documentação específica que os rodeia. Porque o passado já realizou a sua marcha deixando apenas vestígios de realidades perdidas, o melhor que o historiador pode fazer diante do passado é tentar conferir-lhe uma “nova existência ideal”, argumenta Cassirer (1944). As perguntas que ele deverá formular, bem como o gênero de interpretação que conferirá fundamento de verdade ao passado, são operações preliminares vitais. Com efeito, as perguntas constituem o primeiro passo do conhecimento histórico. Se o passado fluiu de uma vez por todas, fica descartada a hipótese de qualquer espécie de manejo empírico de suas ocorrências.

Desse modo, o historiador das ideias interpretará os documentos do passado como depoimentos que um dia tiveram vida plena, em sua dimensão própria do tempo histórico. Se o historiador não abrir diálogo com esses documentos, se não tomar a dianteira para estabelecer uma conversação, eles permanecerão mortos. Sabemos que relatos de ressurreições apimentam algumas narrativas, a maior parte delas sob o signo da fé religiosa. Na reflexão de Dubois, a pesquisa histórica é uma “empresa mágica de ressurreição dos mortos”, com importantes partes ocultas e difíceis de iluminar (cf. Dubois, 1977). Mas, em História, algumas espécies de mortos podem realmente retornar em alguma espécie de vida, concedendo depoimentos em sua linguagem peculiar, que o historiador precisa traduzir, para que se produza sentido em seu tempo. Nada desse gênero de ressurreição será realizado em forma direta, automática ou espontânea, e, para que se produzam os traços de vida, far-se-á necessário o emprego de instrumentos especiais. Os registros históricos falarão e até demonstrarão eloquência apenas se devidamente estimulados, por meio das perguntas interpostas pelo intérprete. Esse sujeito do conhecimento, esse ressuscitador de espíritos falantes, não possui os meios por alguns pretendidos de apagar os registros de seu próprio enraizamento histórico e, para ser historiador de circunstâncias há muito cessadas, nem deveria tentar algo semelhante. Sendo o seu ponto de partida o seu próprio presente — como tencionam, por exemplo, autores como Gadamer e Skinner —, ele depende de suas circunstâncias para produzir o conhecimento histórico. Os problemas que formula virão das condições de suas experiências. Se o historiador tentar se apagar — como um dia foi idealmente a pretensão do grande Ranke, para narrar as coisas como realmente se passaram, na hipótese de ser possível uma retirada deste gênero —, perderá toda possibilidade de produzir conhecimento histórico. Daí resulta o sentido da máxima crociana, o de que toda história é história contemporânea (cf. Croce, 1953).

Da necessidade de reconhecer os tons diversos na interpretação

A despeito dos cétricos e nas pegadas do velho e bom Vico, é possível manter a convicção de que fazer o estudo de autores e dos problemas dos quais se ocuparam ao escrever é uma atividade intelectual possível, mesmo que a interpretação seja dificultada pela natureza contingente de nossa consciência histórica. Se refletirmos a partir de tais marcos teóricos, veremos, com Collingwood, que os problemas formulados pelos historiadores modificam-se a partir da alteração de suas percepções, movimentos que se dão no curso das gerações que se sucedem. “É sabido que cada geração vai se interessar por vestígios e aspectos do passado — habilitando-se assim a estudá-los historicamente — que para seus pais tinham sido ossadas nuas, sem qualquer significado” (Collingwood, 1984, p. 315). A imaginação histórica — aquela espécie de atividade expressa no trabalho de retomar e reformular questões — descobrirá continuamente novos conteúdos nos textos do passado, à medida que este vai sendo reconstituído, do ponto de vista dos valores culturais e dos métodos das posteridades que se sucedem no tempo. Contudo, e mesmo que as diferentes gerações reescrevam continuamente a História, uma tendência que deve manter-se como orientação perene nos estudos em História Intelectual é a que guia os historiadores a sempre procurar a neutralização relativa dos horizontes de seu próprio mundo. Por isso mesmo, permanece como uma certeza que mesmo os mais sofisticados instrumentos de análise de textos jamais ultrapassarão o nível de uma reflexão filosófica datada, razão pela qual a interpretação de um texto será sempre uma tentativa de recriação a partir do original, o que no máximo garantirá reconstruções manchadas por muitos limites e imperfeições.

Em nossos dias, vivemos os reflexos ainda bem intensos dos debates teóricos abertos a partir de fins dos anos 1970 e inícios da década seguinte, debates que se afunilaram em torno dos diferentes gêneros de História ora como formas narrativas que tenderiam aos protocolos formais da ciência ora à simples narratividade literária. Nos tempos que correm, muitas convicções já estão formadas acerca de tais estatutos. Uma das situações é a impressão de que nos instalamos sobre uma onda de relatividade crítica em meio à qual as outrora metodologias rigorosas de interpretação serão meras declarações filosóficas, e não mais técnicas standardizadas que qualquer um poderá utilizar indistintamente para a descoberta certa do sentido histórico das ideias dos tempos passados, como por longo tempo fizeram crer historiadores metódicos como Fustel de Coulanges e Charles Seignobos. Isso

pelo fato de se admitir que não há propriamente um método à disposição do intérprete para a sua prática de pesquisa, e que por “método” deve-se compreender algo mais próximo a uma série de princípios teóricos flexíveis, ou ideias reguladoras de análises. Assim, não mais haveria uma “receita” de procedimentos operacionais do tipo “passo a passo” destinada a fixar a prática de um ofício estritamente disciplinado por algumas tecnicidades do tipo Langlois-Seignobos, a amesquinhar a História e a reduzi-la a uma estreita concepção de ciência. Mas como a passagem do tempo sempre altera os modos de percepção, a essas alturas pode ser que os simpatizantes do cientificismo da História também tenham tingido de um suave relativismo suas convicções mais firmes. Nas palavras ilustrativas de Michelet, o artista sempre põe no retrato alguma coisa de si. O contexto em que se situa o historiador das ideias o sobrecarrega de referências, que a ele se colam como uma roupa aderente ao corpo. É nesse sentido que as realidades históricas moldam o historiador, muitas vezes mais do que ele será capaz de moldá-las. Essa alusão ao pensamento histórico de Michelet me foi soprada pela leitura do grande livro de três historiadores franceses (cf. Delacroix *et al.*, 2012).

E como apontava o historiador teuto-americano Hans Ulrich Gumbrecht há cerca de duas décadas, vivemos no deserto quanto a uma perspectiva hegemônica de concepção e representação da História como campo específico do saber, e mesmo o marxismo — que desfrutara por longas décadas da reputação de epistemologia de vanguarda —, já não era mais do que um reflexo sem viço, apesar das boas intenções de seus cultores, que o transformaram em um corpo cheio de embaraços. Crise semelhante se instalou no terreno do desconstrucionismo, e em outras tendências atuais, assevera ainda Gumbrecht (1999, p. 11s.). Nos domínios da História Intelectual parece mesmo reinar uma indeterminação de sentido quando se trata de definir suas credenciais como campo do conhecimento. As considerações de Claude-Gilbert Dubois, por exemplo, associaram a História das Ideias ao estudo das formas de pensamento formal, como é o caso dos sistemas filosóficos e das obras de reflexão moral. Segundo ele, esse gênero de História passa ao largo dos sistemas de crenças e tradições populares considerados arcaicos, para considerar somente os construtos intelectuais derivados das elites pensantes (cf. Dubois, 1977). Mas essa é apenas uma das formas de se compreender a História Intelectual ou das Ideias (cf. Darnton, 1998). De toda maneira, a imensa diversidade de perspectivas contribui para a opacidade reinante no hoje multicolorido reino da História. As historiografias nacionais, afirma Roger Chartier, são detentoras de conceituações específicas e particulares a cada tradição. E mesmo no interior de cada uma delas competem dis-

tintas perspectivas, que se embaralham umas nas outras, como se constatou no movimento da “virada crítica” ocorrido na historiografia francesa de fins dos anos 1980. E isso de tal modo que, no plano da História Intelectual, não há possibilidade de que este ramo se constitua em campo disciplinar autônomo. Seus objetos ou métodos, a rigor, não existem. Prova disso são as variações das abordagens que se ancoram em seu porto (cf. Chartier, 2002, p. 447ss.). Hoje, considerando a exuberante comunidade de historiadores intelectuais, a interpretação livre dos textos lidos fora de contexto disputa a cena com abordagens que buscam encontrar indícios de práticas sociais nos mesmos. Qual perspectiva é superior ou qual delas é hoje hegemônica parece ser matéria ainda não resolvida.

Há cinquenta anos, Hayden White também alertava para a evidência de que os intérpretes da história se confrontavam com muitas concepções alternativas, e que, por uma série de razões, era difícil escolher entre elas (cf. White, 2008, p. 440s.). Entretanto, White deixou a marca de sua influência inspirando os seguidores que, nos Estados Unidos, a partir dos anos 1980, se identificaram como os praticantes do *linguistic turn*. Para eles, a linguagem é potência suficiente para expressar toda a realidade social, e de um modo bastante autônomo em face de todas as referências exteriores a ela. Em uma palavra: a realidade social dos atores históricos poderá ser apreendida somente pela linguagem, o que não deixa de dar razão à máxima de que, desde então, tudo é discurso (cf. Delacroix *et al.*, 2012, p. 333). O esteio teórico dos historiadores simpatizantes ou aderentes às concepções de White é o do relativismo radical frente às pretensões de verdade do conhecimento histórico. Os mundos históricos que alguma vez tenham existido só podem ser apreendidos por detrás de uma nuvem de subjetividade, apanhados na diversidade das interpretações dos textos. A linguagem se apresenta como a grande potência do saber histórico, tendente a produzir a indeterminação dos sentidos nos textos.

Os sentidos históricos passaram a existir apenas no plano das dimensões discursivas reveladas por textos. Desse modo, ficaram interditas as narrativas de ações humanas que apresentassem conteúdo de verdade histórica, pois a escrita da História tende para um modo subjetivo de literatura. Portanto, a narrativa histórica é, como outras expressões narrativas, o fruto de uma subjetividade ativa e incapaz de apanhar elementos concretos contidos em realidades históricas prenhes de diversidade. Inepta a fazer frente às distintas formas de alteração de sentidos no tempo, a História deve resignar-se à sua condição literária que, na melhor das hipóteses, pode ser uma opinião livre dentre muitas outras de semelhante validade. Ainda que não haja concordância frente a tais pressupostos quanto à prática historiadora, é preciso

admiti-los sem qualquer senso de indignação, pois se trata de reconhecer outra vertente de análise. Segundo o argumento de Claude-Gilbert Dubois — que sem dúvida é a expressão de um espírito de abertura, mesmo que assuma declaradamente um ângulo preferencial de análise —, na História das Ideias será conveniente levar em consideração também as formas de paródias e caricaturas do discurso formal, das tentativas de alargar as regras da lógica a um modo de ilogismo experimental, da exploração forçada do discurso centrado nele mesmo, como se fosse um jogo de formas, que independe de quaisquer referências ao mundo real (cf. Dubois, 1977). Nas palavras do historiador Paul Oscar Kristeller — numa reflexão tecida há várias décadas acerca das dificuldades de lidar com as diferentes tonalidades do pensamento renascentista —, é fácil elogiar nas coisas passadas aspectos que se harmonizem com as nossas ideias atuais, e desprezar ou subvalorizar os pontos que estão em desacordo com as mesmas. Mas esse método é razoável ao historiador, presta-se efetivamente à compreensão das diferenças entre culturas históricas distintas, indagava Kristeller. Para ele, será tarefa precípua da História Intelectual observar pacientemente erros e acertos do passado, sem dobrar-se ao culto do êxito das ideias triunfantes, tomadas como os modelos desejáveis que abriram o caminho do progresso. Mesmo assim, a sonhada objetividade plena ainda será vista correndo a grande distância, vulnerabilidade incontornável do intérprete, e contra a qual não há meios de superação à vista (cf. Kristeller, 1995, p. 128).

E como muitos critérios são incompatíveis para integrar um mesmo coquetel analítico, e isso em quaisquer dos gêneros de História que se queira praticar, torna-se importante assinalar que o exercício de uma História Intelectual de matriz contextualista não implica atirar à vala da irrelevância os “sentidos privados” dos discursos — aquilo que um texto diz apenas a um dado intérprete —, ou seja, não é necessário lançar sempre um olhar olímpico sobre a pesquisa de leitor (cf. Ricoeur, 1988, 2000). Exemplo dessa atitude teórica foi dado por dois historiadores de língua inglesa, Peter Burke e John Pocock. Burke, por exemplo, argumenta tratar-se de uma “questão puramente metafísica” para o historiador intelectual se o “sentido essencial ou verdadeiro de um texto” se encontra guardado somente na mente criadora do autor, exclusivamente no texto ou apenas na aferição dos leitores. Porém, sem desconsiderar o valor da autoria numa análise histórica, ele estima de especial relevo a pesquisa histórica que se debruce sobre a recepção de um texto em diferentes e sucessivos contextos culturais, o que é um dos propósitos precípuos de seu livro sobre a obra de Castiglione (cf. Burke, 1997, p. 15). E Pocock lembra que o texto

[...] *preserva as enunciações do autor em uma forma rígida e literal e as transmite para contextos subsequentes, onde elas estimulam naqueles que respondem interpretações que, embora radicais, deturpadoras e anacrônicas, não teriam sido efetuadas se o texto não tivesse atuado sobre eles* (Pocock, 2003, p. 30).

Conclusões

Em vista de tais orientações, o argumento tecido por Benedetto Croce há cem anos ainda nos parece um conselho bem útil: em vez de lançarmos gritos de horror e cobrirmos o rosto a tudo que nos pareça escárnio à razão e, portanto, inapropriado a nosso conceito de História acreditamos que se possa apostar numa declaração em favor da coexistência de paradigmas alternativos em História Intelectual. Em sentido análogo ao de Croce trafegou Ernst Cassirer, para quem o historiador intelectual não deve demonstrar as mesmas paixões do tempo que descreveu. Deve, sim, demonstrar uma simpatia intelectual perante os objetos que interpreta; não deve ceder a nenhuma forma de expressão emotiva, sob o risco de deformar os eventos de sua narrativa, caso descuide de manejar os seus dons retóricos de modo adequado (cf. Cassirer, 1944). A propósito desses pontos de vista, a pluralidade no campo da interpretação histórica é lembrada mais recentemente por John Tosh como um pré-requisito ou elemento essencial em culturas políticas democráticas (cf. Tosh, 2011, p. 208). E como o passado é de fato inesgotável como campo interpretativo, também tendo a crer que o terreno das controvérsias precisa ser enriquecido, frequentemente, pela circulação livre de sementes diversificadas. De minha parte, creio que a implicação que talvez constitua o centro de gravidade de uma pesquisa histórica das ideias — que à sua maneira se defina contextualista — deve situar-se no esforço de apanhar o “sentido intentado”, aquele conteúdo que um autor efetivamente tencionou exprimir com o seu texto. Assim, a História Intelectual deve continuar sendo aquilo que teóricos como Dilthey e Collingwood exprimiram como um investimento na pesquisa das intenções originais (cf. Dilthey, 2010; Collingwood, 1981). E desde que se encontrem os instrumentos para tornar factível embaixada de tal ordem, é neste gênero de História que se pretende apostar, ainda que se saiba da incômoda e eterna incerteza acerca daquilo que os autores de fato pretenderam dizer em seus livros, segundo a conhecida passagem de Thomas Hobbes (2010, p. 66). Concluo estas notas sobre textos e modos interpretativos com a reflexão do historiador oitocentista Thomas Carlyle. Segundo ele, nos textos antigos “jaz a alma de todo o tempo passado”, quando quase nada mais resta de sua

substância material. E para tornar enfática e mais persuasiva a sua constatação, o historiador escocês indagava: em que se tornou a Grécia clássica dos grandes homens e dos monumentos portentosos? Tornou-se num conjunto de fragmentos! Mas os seus textos ainda estão vivos, considerou. E se eles *vivem* hoje e podem prestar depoimentos aos leitores aptos a examiná-los para além de suas literalidades, permanecem como os legados mais preciosos de um mundo já acabado. Então, “A coisa que chamamos ‘pedaços de papel com traços de tinta preta’ é a mais pura incorporação que um pensamento de homem pode ter. Não admira que seja, de todas as maneiras, o mais ativo e o mais nobre” (Carlyle, 1963, p. 159).

Referências

- BURKE, P. 1997. Tradição e recepção. In: P. BURKE, *As fortunas d'O Cortesão*. São Paulo, Editora Unesp, p. 11-29.
- CARLYLE, T. 1963. *Os heróis*. São Paulo, Melhoramentos, 231 p.
- CASSIRER, E. 1944. History. In: E. CASSIRER, *Essay of Man*. New Haven, Yale University Press, p. 217-268.
- CHARTIER, R. 2002. Intelectual (História). In: A. BURGUIÈRE, *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro, Imago, p. 446-452.
- CHARTIER, R. 1989. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa, Difel, 267 p.
- COLLINGWOOD, R.G. 1981. *A ideia de história*. Lisboa, Editorial Presença, 401 p.
- COLLINGWOOD, R.G. 1984. A História como representação do passado. In: P. GARDINER, *Teorias da História*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 305-319.
- CORNARO, A. 1999. *Tratado da vida sóbria*. Lisboa, Antígona, 119 p.
- CROCE, B. 1953. *Teoría e historia de la historiografía*. Buenos Aires, Ediciones Imán, 300 p.
- DARNTON, R. 1998. História Intelectual e Cultural. In: R. DARN-TON, *O beijo de Lamourette*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 175-197.
- DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P. 2012. *Correntes históricas na França: Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro/São Paulo, Editora FGV/Editora Unesp, 478 p.
- DILTHEY, W. 2010. *A construção do mundo histórico*. São Paulo, Editora Unesp, 345 p.
- DUBOIS, C.-G. 1977. *L'imaginaire de la Renaissance*. Paris, Nizet, 257 p.
- FALCON, F. 1997. História e poder. In: C. CARDOSO; R. VAINFAS (orgs.), *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Campus, p. 61-89.
- FOUCAULT, M. 2007. *As palavras e as coisas*. São Paulo, Martins Fontes, 407 p.
- GADAMER, H.-G. 2001. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 71 p.
- GADAMER, H.-G. 2003. *Verdade e método*. Petrópolis, Vozes, vol. 1, 731 p.
- GUMBRECHT, H.U. 1999. Manual do usuário. In: H.U. GUMBRECHT, *Em 1926: vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro, Record, p. 9-14.
- HOBBS, T. 2010. Como, pela linguagem, os homens agem uns sobre as mentes dos outros. In: T. HOBBS, *Os elementos da lei natural e política*. São Paulo, Martins Fontes, p. 62-67.

- KRISTELLER, P.O. 1995. *Tradição clássica e pensamento do Renascimento*. Lisboa, Edições 70, 151 p.
- POCOCK, J. 2003. Introdução: o estado da arte. In: J. POCOCK, *Linguagens do ideário político*. São Paulo, Edusp, p. 23-62.
- RICOEUR, P. 2000. *Teoria da interpretação*. Lisboa, Edições 70, 109 p.
- RICOEUR, P. 1988. *Interpretação e ideologia*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 172 p.
- RORTY, R. [s.d.]. O idealismo do século XIX e o textualismo do século XX. In: R. RORTY, *Consequências do pragmatismo*. Lisboa, Instituto Piaget, p. 207-229.
- SKINNER, Q. 1988a. Meaning and Understanding in the History of Ideas. In: J. TULLY (org.), *Meaning and Context: Quentin Skinner and His Critics*. Cambridge, Polity Press/Basil Blackwell, p. 29-67.
- SKINNER, Q. 1988b. Motives, Intentions and the Explanation of Social Action. In: J. TULLY (org.), *Meaning and Context: Quentin Skinner and His Critics*. Cambridge, Polity Press/Basil Blackwell, p. 68-78.
- TOSH, J. 2011. *A busca da história: objetivos, métodos e as tendências no estudo da história moderna*. Petrópolis, Vozes, 336 p.
- WHITE, H. 2008. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo, Edusp, 456 p.
- Submetido: 07/04/2014
Aceito: 30/07/2014